

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº. 050/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
UASG 989221

**AQUISIÇÃO/INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ARES
CONDICIONADOS, ELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS,
CLIMATIZADORES DE AR, BEBEDOUROS DE ÁGUA,
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, BRINQUEDOS PARA
EDUCAÇÃO INFANTIL E MOBILIÁRIOS PARA O CENTRO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA ADRIANA
DE LIMA SILVA E CRUZ DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 124.624,85 (CENTO E VINTE E QUATRO MIL, SEISCENTOS E VINTA E QUATRO REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/07/2026, às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:

Portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
8. DO TERMO DE CONTRATO	14
9. DO REAJUSTE E DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	14
10. DOS RECURSOS.....	15
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	18
14. DO PAGAMENTO	19
15. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	20
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	20
17. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA	21
APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	
18. ANEXO II – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO.....	21

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026
(Processo Administrativo nº. 01125.00002279/2026-04)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Anápolis, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, sediada na Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030, Anápolis - GO, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 48.980, de 27 de abril de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição /instalação de equipamentos de ares condicionados, eletrônicos, eletrodomésticos, climatizadores de ar, bebedouros de água, equipamentos de informática, brinquedos para educação infantil e mobiliários para o Centro Municipal de Educação Infantil Professora Adriana de Lima Silva e Cruz da Secretaria Municipal de Educação de Anápolis-Goiás, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Os itens definidos no Termo de Referência, serão para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o

produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.8. Pessoas Jurídicas reunidas em Consórcio, conforme justificativa constante no item 23 do ANEXO I - Termo de Referência;
- 2.7.9. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.7.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou o serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios da margem de preferência indicados no termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS E INOVAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

3.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valores unitário e total do item;

4.1.2. Marca/Fabricante/modelo;

4.1.3. Quantidade cotada;

4.1.3.1. Não havendo quantidade mínima a ser cotada, o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

5.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.9. O procedimento seguirá através do modo de disputa "ABERTO", onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.9.4.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro/Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26

da Lei nº 14.133, de 2021.

5.16.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

5.16.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.17.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015)

5.17.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

5.17.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.4. A melhor proposta classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais, ou seja, não seguidas de lances;

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Goiás;

5.18.2.2. empresas brasileiras;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as disposições previstas neste edital e na legislação vigente.

6.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação, que comprove:

6.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Para empresa estrangeira que não funcione no País, com fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou digitalmente através de anexo no sistema eletrônico do Comprasnet.gov.

7.4. A definição das exigências de habilitação no presente processo licitatório tem como finalidade assegurar que os licitantes possuam condições mínimas necessárias para a execução satisfatória do objeto contratual, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.

7.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

7.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

7.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.15. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.16. Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal "... proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos."

7.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.20. A Prova de Regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação.

7.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

7.23. Declaração da licitante garantindo o fornecimento dos produtos dentro de todas as normas da legislação vigente.

7.24. Considerando o objeto da presente contratação, que envolve o fornecimento de bens padronizados e amplamente disponíveis no mercado, tais como equipamentos de ar-condicionado, eletrônicos, eletrodomésticos, climatizadores de ar, bebedouros de água, equipamentos de informática, brinquedos para educação infantil e mobiliários, entende-se que não há necessidade de exigir atestado de capacidade técnica dos licitantes.

7.25. Tais itens são caracterizados como bens comuns, com especificações técnicas claras e amplamente difundidas, cuja fabricação e comercialização são realizadas por diversos fornecedores no mercado nacional. Por se tratarem de produtos de prateleira, que não exigem customização ou desenvolvimento técnico específico, a exigência de comprovação de experiência anterior não se mostra razoável, podendo restringir indevidamente a competitividade do certame.

7.26. A dispensa do atestado de capacidade técnica encontra respaldo no artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que a exigência de qualificação técnico-operacional deve se limitar às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto. No presente caso, não se verifica complexidade técnica que justifique tal exigência.

7.27. Adicionalmente, a qualidade dos produtos será assegurada por meio da definição precisa das especificações técnicas no Termo de Referência, da exigência de garantia mínima e da previsão de penalidades em caso de descumprimento contratual, conforme previsto na legislação vigente. Dessa forma, preserva-se a eficiência da contratação, sem prejuízo à segurança jurídica e à qualidade dos bens fornecidos.

Qualificação Econômico-Financeira

7.28. A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 69, estabelece os documentos que podem ser exigidos para fins de comprovação da capacidade econômico-financeira, como balanço patrimonial e certidão negativa de falência. No entanto, a própria legislação permite que tais exigências sejam avaliadas conforme a natureza e a complexidade do objeto contratado. No caso em tela, trata-se de aquisição de bens que não demandam execução continuada, tampouco envolvem riscos financeiros relevantes para a Administração Pública.

7.29. Adicionalmente, a exigência de qualificação econômico-financeira deve observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, evitando restrições indevidas à competitividade do certame. A ausência de exigência, portanto, visa ampliar a participação de fornecedores, especialmente microempresas e empresas de pequeno porte, sem comprometer a segurança da contratação, já que a entrega dos bens será precedida de análise técnica e poderá ser acompanhada de garantias contratuais, conforme previsto na legislação vigente.

7.30. Dessa forma, a não solicitação de qualificação econômico-financeira mostra-se adequada ao tipo de objeto contratado, preservando os princípios da eficiência, economicidade e isonomia que regem as contratações públicas.

7.31. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, II, c da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

7.32. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, II da Lei nº 14.133/ 2021);

7.33. A comprovação do capital social ou patrimônio líquido deverá ser feita através do Contrato Social, ou Certidão da Junta Comercial ou Publicação Oficial, ou ainda em Cartório de Registro de Títulos, conforme o caso. Será admitida atualização deste capital social com aplicação de índices oficiais.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. O Contrato para fornecimento dos produtos com as empresas vencedoras terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de Anápolis, conforme item 2 do ANEXO I - Termo de Referência.

8.2. Convocado, o licitante vencedor deverá comparecer à sede da contratante, para a devida assinatura do contrato, dentro do prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

8.3. Na assinatura do contrato será exigido a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. DO REAJUSTE E DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1. Será admitido o REAJUSTE do valor do contrato, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA apurado durante o período, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, a partir do orçamento estimado realizado pela Administração.

9.2. Quanto aos requerimentos de realinhamento dos preços, visando o restabelecimento do EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, conforme o caso, deverão ser adequadamente instruídos pelo requisitante, mediante apresentação dos documentos que comprovem suas alegações e confortem sua pretensão, os quais serão analisados pela Administração no prazo de um mês, podendo-se prorrogar por igual período, mediante certidão fundamentada do servidor responsável pela análise.

9.3. O beneficiário do registro poderá solicitar o realinhamento dos preços vigentes através de solicitação formal ao Gestor do Contrato, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

9.4. O realinhamento não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante na proposta e o preço de mercado vigente à época do pedido de revisão dos preços.

9.5. O pedido de realinhamento dos preços praticados poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados, podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço, procedimento a ser realizado pelo gestor do contrato.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- 11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
 - 11.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - 11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - 11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3. Multa:
- 11.3.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 11.3.1.1. O atraso superior a trinta dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - 11.3.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem, de 0,5% a 2% do valor do Contrato.
 - 11.3.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem, de 0,5% a 2% do valor do Contrato.
 - 11.3.4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem, a multa será de 0,5% a 2% do valor do Contrato.

11.3.5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem, a multa será de 0,5% a 1% do valor do Contrato.

11.3.6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem, a multa será de 0,5% a 1% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.5. Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de

Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, formalizado ao endereço eletrônico de e-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.6. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

13.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº 14.133/2021).

13.7. FISCAL DO CONTRATO

13.7.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

13.7.2. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (art. 117, §1º da Lei nº 14.133/2021)

13.7.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

13.7.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

13.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

13.7.6. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação.

13.8. GESTOR DO CONTRATO

13.8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.8.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassam as suas.

13.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

13.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.8.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

13.8.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13.8.7. Caberá ao gestor do contrato, agindo com prudência e segurança, e a pedido da Contratada, aplicar o reequilíbrio econômico-financeiro, se couber, por meio de recomposição e fazer constar dos autos do processo, a análise que demonstre, inequivocamente, os seus pressupostos, de acordo com a teoria da imprevisibilidade, juntamente com a análise global dos custos do objeto contratado.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado com Recursos previstos nas seguintes Dotações Orçamentárias: 09.24.12.365.0705.2881.33.90.30 e 09.24.12.365.0705.2881.44.90.52 com recursos do Tesouro Municipal na fonte 01.01.

14.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa vencedora, apresentação da nota fiscal correspondente ao que foi entregue e liberação da despesa pela Controladoria Geral do Município de Anápolis conforme previsto no art. 66 do Decreto Municipal nº 48.980/23 limitados a:

14.2.1. I - 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, processo iniciado no art. 63, § 1º;

14.2.2. II - 20 (vinte dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

14.3. A contagem de prazo para pagamento se dará a partir da data do ateste efetuado por servidor responsável pelo recebimento dos produtos.

14.4. Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal, o valor devido pela Administração será atualizado financeiramente de acordo com a variação do IPCA, desde a data final do período de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, nos termos da Lei. No caso de atrasos de pagamento causados pela empresa, não haverá incidência de correção monetária.

14.5. O presente critério se aplica aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamentos.

14.6. Não será realizado pagamento ao licitante vencedor enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e/ou documental, sem que isso gere direito a alteração de preços ou à compensação financeira.

14.7. Neste caso a contagem de prazo para o pagamento se dará a partir da data da regularização.

15. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução

ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e do Portal Transparência do Município de Anápolis, acessível através do endereço eletrônico: <https://acessoainformacao.anapolis.go.gov.br/>.

16.11. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Catálogo de Materiais (CATMAT/CATSER) e as especificações constantes no Edital, prevalecerão as especificações do ANEXO I, Termo de Referência do Edital.

16.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

17.1.1.1. Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

18. ANEXO II – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Anápolis, 22 de JUNHO de 2026.

TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Termo tem por finalidade estabelecer os parâmetros para execução do objeto, conforme solicitação da Gerência Administrativa Financeira através do Estudo Técnico Preliminar nº.89/2025 e anexos ao processo.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência o processo licitatório para eventual aquisição/instalação de equipamentos de ares condicionados, eletrônicos, eletrodomésticos, climatizadores de ar, bebedouros de água, equipamentos de informática, brinquedos para educação infantil e mobiliários para o Centro Municipal de Educação Infantil Professora Adriana de Lima Silva e Cruz da rede municipal de ensino, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar Nº 105/2025, neste instrumento e documentos anexos.

2. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

Estimativa Geral das quantidades:

ÍTEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QUANT.	CATMAT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Armário de aço fechado, com 02 portas de abrir, medindo aproximadamente 1980 x 1200 x 450 mm (A x L x P), contendo no mínimo 04 prateleiras, sendo ao menos 03 reguláveis, confeccionado em chapa de aço com espessura mínima compatível com a utilização, com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática em pó, na cor cinza, contendo sistema de fechamento com chave	UND.	7	617022	1.280,33	R\$ 8.962,31
2	Impressora laser monocromática com impressão duplex automática, velocidade mínima de 50 ppm, resolução mínima de 1200 x 1200 dpi, memória mínima de 128 MB, interfaces USB e rede Ethernet, compatível com papel A4, carta e ofício, bandeja de entrada com capacidade mínima de 500 folhas, compatível com sistemas operacionais Windows, acompanhada de toner inicial, cabo de alimentação e garantia mínima de 12 meses.	UND.	2	455606	2.193,68	R\$ 4.387,36
3	Ar-condicionado tipo split hi-wall, capacidade mínima de 12.000 BTUs, ciclo frio, classificação energética "A" ou superior, controle remoto sem fio, tensão compatível com a rede local, na cor branca, incluindo instalação completa na unidade escolar, materiais necessários e garantia mínima de 12 meses.	UND.	14	458192	2.422,33	R\$ 33.912,62
4	Refiladora manual de papel, com capacidade mínima para corte de 10 folhas 75 g/m², comprimento de corte mínimo de 450 mm, base metálica, sistema de corte deslizante e régua de medição.	UND.	1	257587	292,21	R\$ 292,21

5	Smart TV LED de 32 polegadas, resolução HD ou superior, conversor digital integrado, conectividade Wi-Fi, no mínimo 02 entradas HDMI e 01 USB, acompanhada de controle remoto, cabo de alimentação e garantia mínima de 12 meses.	UND.	7	443966	1.055,68	R\$ 7.389,76
6	Smart TV LED 55 polegadas, resolução 4K UHD, conectividade Wi-Fi e Bluetooth, no mínimo 03 entradas HDMI e 02 USB, compatível com recepção digital, acompanhada de controle remoto, base, cabo de alimentação e garantia mínima de 12 meses.	UND.	1	471011	3.135,50	R\$ 3.135,50
7	Estante organizadora tipo colmeia com 12 nichos, confeccionada em MDF com espessura mínima de 15 mm, acabamento melamínico, medindo aproximadamente 1,50 x 0,90 x 0,35 m.	UND.	14	619551	1.037,00	R\$ 14.518,00
8	Forno elétrico com capacidade mínima de 60 litros, potência mínima de 2.300W, controle de temperatura, funções de aquecimento superior e inferior, grill, luz interna, timer e garantia mínima de 12 meses.	UND.	1	615886	1.490,56	R\$ 1.490,56
9	Coifa metálica com exaustor, medindo aproximadamente 1,30 x 1,30 m, adequada para utilização em ambiente de cozinha industrial.	UND.	1	215382	2.933,06	R\$ 2.933,06
10	Freezer horizontal com 02 portas, capacidade mínima de 400 litros, classificação energética "A", tensão 220V, acompanhado de cesto removível e garantia mínima de 12 meses.	UND.	1	291827	3.187,00	R\$ 3.187,00
11	Climatizador de ar portátil com reservatório mínimo de 75 litros, potência mínima de 180W, no mínimo 03 velocidades, indicador de nível de água, rodízios para movimentação e tensão 220V.	UND.	7	626948	1.349,65	R\$ 9.447,55

12	Cama elástica com diâmetro mínimo de 2,40 m, estrutura metálica galvanizada, rede de proteção, proteção de molas e capacidade mínima de carga de 150 kg.	UND.	2	628071	2.288,50	R\$ 4.577,00
13	Casa de bonecas infantil confeccionada em polietileno rotomoldado, com portas e janelas, indicada para crianças a partir de 2 anos, medindo aproximadamente 128 x 123 x 122 cm.	UND.	3	486485	2.840,00	R\$ 8.520,00
14	Gangorra infantil em polietileno rotomoldado, com capacidade mínima para 03 crianças, indicada para uso infantil, resistente e de fácil higienização.	UND.	10	486484	303,13	R\$ 3.031,30
15	Escorregador infantil em polietileno rotomoldado, com escada antiderrapante e base estável, indicado para crianças de 02 a 10 anos.	UND.	10	483240	1.370,29	R\$ 13.702,90
16	Caixa de som ativa com tripé, potência mínima de 700W RMS, conexões de entrada compatíveis com microfone e áudio auxiliar, equalização integrada e alimentação bivolt.	UND.	2	473185	1.318,61	R\$ 2.637,22
17	Parafusadeira/furadeira de impacto a bateria, tensão mínima de 18V, mandril de aperto rápido, acompanhada de 02 baterias recarregáveis, carregador e maleta, com garantia mínima de 12 meses.	UND.	1	444251	1.107,83	R\$ 1.107,83
18	Armário de cozinha em aço, tipo kit com módulos, contendo paineleiro duplo, armário triplo, armário de geladeira, gabinete com 3 portas, 4 gavetas e tampo, medindo o conjunto total no mínimo 165 x 245 x 28 cm (A x L x P) e gabinete no mínimo 86 x 105 x 45 cm (A x L x P), com puxadores em poliestireno com acabamento metalizado, com portas com dobradiças com encaixe click (pressão e giro), tampo do gabinete em fórmica marmorizada, as chapas de aço deverão ter espessura mínima de 0,64mm, acabamento em pintura eletrostática, na cor branca, pés em poliestireno de alta densidade com sapatas cromadas reguláveis para o gabinete, com prazo de garantia de no mínimo 12 meses	UND.	1	260035	1.392,67	R\$ 1.392,67

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7. IMPACTOS AMBIENTAIS

- 7.1. A Contratada deverá aplicar critérios de sustentabilidade e responsabilidade social, priorizando materiais sustentáveis e processos produtivos que gerem menor impacto ambiental, garantindo a qualidade dos materiais pelas amostras e pelos laudos que trará a certeza de durabilidade evitando descartes precoces de produtos de distribuídos tendo grande impacto ambiental em nosso município; bem como valorizar fornecedores que adotem práticas de responsabilidade social, como a geração de empregos locais e o respeito às normas trabalhistas.
- 7.2. A eficiência energética dos equipamentos novos é superior a equipamentos defasados, na medida que os equipamentos antigos consomem mais energia elétrica para operar todas as suas capacidades, enquanto que os equipamentos novos, modernizados, dispõem menor solicitação da rede elétrica.
- 7.3. O artigo 4º do Decreto nº 7.746/2012 enumera as diretrizes de sustentabilidade que podem ser consideradas nas licitações, como menor impacto sobre recursos naturais, preferência por fornecedores locais, maior eficiência ecológica, maior geração de empregos, maior vida útil, preferência por inovações que reduzam pressão sobre meio ambiente e origem regular dos recursos naturais usados na produção dos bens e na prestação dos serviços.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

DO FORNECIMENTO

- 8.1.1. Os bens deverão ser novos, de primeiro uso, com garantia mínima de 12 meses quando aplicável.
- 8.1.2. Quando aplicável, deverá haver entrega, montagem e instalação dos equipamentos no local indicado.
- 8.1.3. Todo o transporte a ser executado em função da entrega será de única e total responsabilidade da licitante vencedora, correndo por sua conta o risco da operação, inclusive fretes, embalagens, carga e descarga;
- 8.1.4. A licitante vencedora se responsabilizará por todos os danos causados por seus empregados ao Município e/ou a terceiros.
- 8.1.5. Os serviços deverão seguir os padrões estabelecidos na solicitação, conforme o presente Termo de Referência e demais documentos anexos aos autos do procedimento licitatório.
- 8.1.6. A adjudicatária responderá pela qualidade dos produtos oferecidos, que deverão ser compatíveis com as finalidades a que se destinam, bem como se responsabilizará pelos eventuais atrasos ocorridos na entrega.
- 8.1.7. Os itens deverão ser entregues em embalagem íntegra, sem aberturas ou rasgos, e sem quaisquer sinais de uso antecedente.
- 8.1.8. No ato da entrega, o fornecedor deverá apresentar a nota fiscal correspondente:
Cronograma de Entrega: o prazo máximo de entrega será de até 20 (vinte) dias, prazo contado do recebimento da nota de empenho/ordem de serviço emitidos após a formalização da contratação;
- 8.2. A mercadoria deverá ser entregue no Centro Municipal de Educação Infantil Professora Adriana de Lima Silva e Cruz dentro do horário de 07h30m às 16h30m de segunda-feira a sexta-feira.
- 8.3. Segue endereço: Rua PP 8 s/n – Parque dos Pirineus, Anápolis/GO.
- 8.4. Caso o produto não corresponda ao exigido no presente Termo, e nos casos de inadequações das condições de entrega, o fornecedor deverá providenciar sua reposição no prazo de 02 (dois) dias úteis, visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório e na Lei nº 14.133/2021.
- 8.5. Todos os produtos deverão ser entregues com a nota fiscal correspondente, em embalagens apropriadas, identificadas com o número do processo, modalidade da licitação e nome da empresa.
- 8.6. **A nota fiscal deverá ser entregue preenchida com os dados da Unidade Escolar, sob pena de não recebimento.**
- 8.7. Não serão aceitos produtos de baixa qualidade, sem resistência para uso, fora de padrão ou que contenham quaisquer outras circunstâncias que possam frustrar o bom desempenho e as expectativas da Administração.
- 8.8. O fornecimento do objeto será parcelado, de acordo com a solicitação desta secretaria.

O objeto será recebido:

- 8.9. Provisoriamente, 24 (vinte e quatro) horas da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- 8.10. Definitivamente, mediante recibo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.
- 8.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 8.12. Fica a empresa responsável pela substituição da mercadoria defeituosa ou incompatível com o descritivo no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis da notificação, sem gerar ônus à Administração.
- 8.13. A ausência de retirada e substituição do objeto no prazo indicado implicará em seu abandono e consequente perda, bem como rescisão de contrato nos termos do art. 137 da Lei 14.133/21, e aplicação das sanções previstas em edital.

O licitante vencedor deverá fornecer:

14. Manual do usuário em duas vias, sendo pelo menos uma em papel, quando aplicável;
15. Garantia integral de 12 (doze) meses para todas as partes, peças, softwares e serviços.
16. No período de garantia, o licitante vencedor será o único responsável pela manutenção do(s) equipamento(s), incluindo manutenção corretiva e manutenção preventiva conforme recomendação do fabricante, se aplicável, sem nenhum custo adicional à Secretaria solicitante.
17. Não estarão cobertos pela garantia defeitos causados por uso indevido (utilização do equipamento para um fim ao qual o equipamento não foi destinado), mau uso (quedas, derramamento de líquidos não previstos pelo fabricante e outras ações em desacordo com a utilização normal do equipamento, segundo o manual do fabricante) e intempéries da natureza (raios, enchente etc.). As manutenções preventivas deverão ser executadas como parte integrante da garantia de 12(doze) meses.

18. Deverá ser emitido certificado de garantia formalizando o compromisso das condições mínimas deste TR, sob as penas da lei. A não concordância explícita e clara deste item eliminará definitivamente o licitante do certame.
19. Documentação técnica completa em duas vias, pelo menos uma em papel, contendo especificações necessárias à correta manutenção dos equipamentos, sem omissão de informação.
20. O licitante vencedor deverá fornecer, sem custo adicional, toda ferramenta, tanto hardware como software, que for de sua exclusividade, necessários ao diagnóstico de falhas, à manutenção e à calibração dos equipamentos em questão.
21. O licitante vencedor é responsável pela montagem, ativação e testes completo de todos os equipamentos, fornecendo toda a mão de obra, ferramentas e materiais necessários. Esta responsabilidade se estende a todas as áreas técnicas envolvidas, tais como: mecânica, elétrica, sonorização, comunicação de dados, etc. Fica para tanto subentendida a sua responsabilidade quanto a execução das cablagens de interligação, fixações mecânicas, etc. Todos os custos inerentes ao fornecimento, montagem, ativação e testes dos equipamentos correrão por conta do licitante vencedor.
22. Antes da execução dos serviços de montagem eletromecânica, ativação e testes, o licitante vencedor deverá analisar o local em que os equipamentos serão instalados, assinalando as dúvidas ou dificuldades porventura encontradas, passando à Secretaria solicitante todos os questionamentos necessários.
23. Deverão ser rigorosamente observadas às especificações dos itens objeto desta licitação, respeitando-se os requisitos mínimos exigidos, sem preferência de marcas, por mais semelhanças que estas possam vir a ter com as existentes no mercado. Serão aceitos produtos com especificações iguais ou superiores, observando, no entanto, o critério de julgamento pelo menor preço.
24. Todos os produtos deverão ser novos (sem nenhum tipo de uso antecedente), acondicionados em embalagens apropriadas e portar a nota fiscal correspondente. Deverão atender a excelência em qualidade e apresentação, com atenção à resistência dos materiais exigidos, estando o descumprimento sujeito ao não recebimento/recusa do objeto.
25. Não serão aceitos produtos de baixa qualidade, sem resistência para uso, fora de padrão ou que contenham quaisquer outras circunstâncias que possam frustrar o bom desempenho e as expectativas da Administração.
26. Em caso de defeitos ou dano posterior ocasionado por má qualidade, fica a empresa responsável pela substituição da mercadoria defeituosa no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, sem gerar ônus à Administração. A assistência técnica deverá ser disponibilizada em local de fácil acesso e com equipe qualificada, com tempo de resposta adequado para não prejudicar o uso contínuo dos equipamentos.

9. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DE PROPOSTAS e SUSTENTABILIDADE

- 9.1. ACEITABILIDADE:** O pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado (Termo de Referência), sendo este o valor máximo aceitável, e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 9.2.** O pregoeiro e sua equipe de apoio farão a conferência da planilha de preços, que contém os preços unitários e totais e as quantidades determinadas pela Administração. Constatado erro aritmético ou de anotação, serão efetuadas as devidas correções. Para fim de rejeição, comparação e classificação das propostas de preços prevalecerá o valor total corrigido, quer seja para mais ou para menos.
- 9.3.** O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Administração ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 9.4.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

Valor unitário;

- 9.5.** A quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;
- 9.6.** Em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.

Marca/fabricante;

- 9.7.** Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 9.8.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 9.9.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos serviços.
- 9.10.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratante:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com sua proposta, o edital e seus anexos, e o contrato firmado entre as partes;
 - b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos;
 - c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência, Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - d) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - f) aplicar à Contratada as sanções previstas na lei;
 - g) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência, Edital e seus anexos;
- 10.2. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 10.3. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
 - 10.4. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias;

10.5. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

10.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão expressamente as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

b) O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada; (quando possível).

c) Responsabilizar-se pelo transporte do objeto até a local de execução conforme item 8 deste Termo de Referência;

d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

e) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

f) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

g) Atender às determinações regulares do fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021;

h) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções;

i) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por danos causados à Administração ou a terceiros;

j) Entregar, junto com a Nota Fiscal, os seguintes documentos: prova de regularidade relativa à Seguridade Social; certidão conjunta de tributos federais e Dívida Ativa; certidões de regularidade com as Fazendas Estadual, Municipal e Distrital; Certidão de Regularidade do FGTS; CNDT;

k) Cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, previstas na legislação específica;

l) Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 02 (duas) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente no local da execução;

m) Paralisar, por determinação do contratante, atividades que não estejam sendo executadas adequadamente ou que representem risco;

n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas no cumprimento do contrato;

o) Arcar com ônus decorrentes de equívocos no dimensionamento dos quantitativos da proposta, exceto nos casos do art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

p) Cumprir normas de segurança da contratante, além das legislações federais, estaduais e municipais;

q) Dispor de carregadores para descarregar e entregar o material, até conferência preliminar pela Comissão de Fiscalização e Controle;

r) Fornecer o material em embalagens originais, adotando medidas preventivas para evitar acidentes ou danos;

s) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes da aquisição de bens, encargos sociais e obrigações de empregadora;

t) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

u) Indicar preposto para representá-la durante a execução do objeto.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.8. Para os itens de entrega única e imediata, cuja verificação possa ocorrer no ato, o recebimento poderá ser realizado diretamente em caráter definitivo, desde que atestada sua conformidade no momento da entrega, nos termos do art. 143, §1º da Lei nº 14.133/2021.

13. LIQUIDAÇÃO

13.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

13.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais

como:

- a) Prazo de validade;
- b) Data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar;
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

13.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

13.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante a documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.5. A Administração deverá realizar consulta, aos cadastros seguintes, para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.6. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

14. PRAZO DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

14.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

15. FORMA DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou transferência eletrônica, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, cheque nominal ou cartão eletrônico.

15.2. Será considerada data do pagamento, no caso de ordem bancária, o dia em que constar como emitida; no caso de transferência eletrônica, a data de sua efetivação; no caso de cheque nominal, a data de seu recebimento pelo credor.

15.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.5. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.6. A presente contratação não permite antecipação de pagamento, conforme art. 145 caput, da Lei nº 14.133/2021.

16. DO REAJUSTE E DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. Será admitido o **REAJUSTE** do valor do contrato, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA apurado durante o período, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, a partir do orçamento estimado realizado pela Administração.

16.2. Quanto aos requerimentos de realinhamento dos preços, visando o restabelecimento do **EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**, conforme o caso, deverão ser adequadamente instruídos pelo requisitante, mediante apresentação dos documentos que comprovem suas alegações e confortem sua pretensão, os quais serão analisados pela Administração no prazo de um mês, podendo-se prorrogar por igual período, mediante certidão fundamentada do servidor responsável pela análise.

16.3. O beneficiário do registro poderá solicitar o realinhamento dos preços vigentes através de solicitação formal ao Gestor do Contrato, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

16.4. O realinhamento não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante na proposta e o preço de mercado vigente à época do pedido de revisão dos preços.

16.5. O pedido de realinhamento dos preços praticados poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados, podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço, procedimento a ser realizado pelo gestor do contrato.

17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Indicação Justificada Do Critério De Julgamento Da Contratação

17.1. O critério de julgamento escolhido é o de menor preço por item, conforme previsto no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de objeto padronizado, com especificações técnicas uniformes, cuja avaliação qualitativa não se justifica, sendo, portanto, o preço o critério mais

eficiente para selecionar a proposta mais vantajosa.”.

Justificativa: Optou-se pelo critério de menor preço por se tratar da aquisição de equipamentos diversos com especificações técnicas previamente definidas, o que garante a padronização e a comparabilidade entre as propostas. A escolha visa assegurar a economicidade, respeitando os princípios da eficiência e da isonomia, uma vez que os produtos possuem características objetivas que permitem avaliação clara e imparcial.

17.2. Além disso, os requisitos mínimos de qualidade e desempenho foram estabelecidos no Termo de Referência, o que assegura que todas as propostas atendam às necessidades da administração, permitindo que o julgamento se concentre na proposta mais vantajosa sob o aspecto financeiro.

17.3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

Indicação Justificada Do Critério De Adjudicação Da Contratação

17.4. Considerando a diversidade e especificidade dos bens que compõem o objeto da presente contratação — equipamentos de ar-condicionado, eletrônicos, eletrodomésticos, climatizadores de ar, bebedouros de água, equipamentos de informática, brinquedos para educação infantil e mobiliários — justifica-se a adoção do critério de adjudicação por item, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

17.5. Ressalte-se, ainda, que a adjudicação por item facilita a gestão contratual, permitindo controle individualizado sobre prazos de entrega, garantias, conformidade técnica e atendimento às necessidades específicas do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Adriana de Lima Silva e Cruz. Essa abordagem contribui para a obtenção de resultados mais adequados à realidade da unidade educacional, respeitando os princípios da legalidade, eficiência, competitividade e interesse público que regem as contratações públicas.

18. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

18.1. A definição das exigências de habilitação no presente processo licitatório tem como finalidade assegurar que os licitantes possuam condições mínimas necessárias para a execução satisfatória do objeto contratual, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.

18.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

18.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

18.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

18.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

18.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

18.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

18.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

18.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

18.12. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

18.13. Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal “... proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.”

18.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

18.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

18.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.17. A Prova de Regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação.

18.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

18.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

19. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E SUBCONTRATAÇÃO

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

19.1. Declaração da licitante garantindo o fornecimento dos produtos dentro de todas as normas da legislação vigente.

19.2. Considerando o objeto da presente contratação, que envolve o fornecimento de bens padronizados e amplamente disponíveis no mercado, tais como equipamentos de ar-condicionado, eletrônicos, eletrodomésticos, climatizadores de ar, bebedouros de água, equipamentos de informática, brinquedos para educação infantil e mobiliários, entende-se que não há necessidade de exigir atestado de capacidade técnica dos licitantes.

19.3. Tais itens são caracterizados como bens comuns, com especificações técnicas claras e amplamente difundidas, cuja fabricação e comercialização são realizadas por diversos fornecedores no mercado nacional. Por se tratarem de produtos de prateleira, que não exigem customização ou desenvolvimento técnico específico, a exigência de comprovação de experiência anterior não se mostra razoável, podendo restringir indevidamente a competitividade do certame.

19.4. A dispensa do atestado de capacidade técnica encontra respaldo no artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que a exigência de qualificação técnico-operacional deve se limitar às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto. No presente caso, não se verifica complexidade técnica que justifique tal exigência.

19.5. Adicionalmente, a qualidade dos produtos será assegurada por meio da definição precisa das especificações técnicas no Termo de Referência, da exigência de garantia mínima e da previsão de penalidades em caso de descumprimento contratual, conforme previsto na legislação vigente. Dessa forma, preserva-se a eficiência da contratação, sem prejuízo à segurança jurídica e à qualidade dos bens fornecidos.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

19.6. A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 69, estabelece os documentos que podem ser exigidos para fins de comprovação da capacidade econômico-financeira, como balanço patrimonial e certidão negativa de falência. No entanto, a própria legislação permite que tais exigências sejam avaliadas conforme a natureza e a complexidade do objeto contratado. No caso em tela, trata-se de aquisição de bens que não demandam execução continuada, tampouco envolvem riscos financeiros relevantes para a Administração Pública.

19.7. Adicionalmente, a exigência de qualificação econômico-financeira deve observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, evitando restrições indevidas à competitividade do certame. A ausência de exigência, portanto, visa ampliar a participação de fornecedores, especialmente microempresas e empresas de pequeno porte, sem comprometer a segurança da contratação, já que a entrega dos bens será precedida de análise técnica e poderá ser acompanhada de garantias contratuais, conforme previsto na legislação vigente.

19.8. Dessa forma, a não solicitação de qualificação econômico-financeira mostra-se adequada ao tipo de objeto contratado, preservando os princípios da eficiência, economicidade e isonomia que regem as contratações públicas.

19.9. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, II, c da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

19.10. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, II da Lei nº 14.133/ 2021);

19.11. A comprovação do capital social ou patrimônio líquido deverá ser feita através do Contrato Social, ou Certidão da Junta Comercial ou Publicação Oficial, ou ainda em Cartório de Registro de Títulos, conforme o caso. Será admitida atualização deste capital social com aplicação de índices oficiais.

SUBCONTRATAÇÃO

19.12. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual: Conforme o artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, a subcontratação pode ser permitida desde que prevista no edital e no contrato, e limitada a parcelas do objeto contratual. No entanto, a vedação à subcontratação neste caso específico é justificada pela necessidade de garantir que a contratada principal execute integralmente o objeto, assegurando maior controle sobre a qualidade e a conformidade da execução. Essa medida também visa evitar riscos relacionados à dispersão de responsabilidades e à dificuldade de fiscalização, promovendo maior eficiência e segurança na gestão contratual.

20. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

20.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência é amplamente comercializado por diversas empresas do mercado, e o objeto deste termo é de baixa complexidade. Tal permissibilidade poderia causar dano à Administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

20.2. Consórcio de acordo com o artigo 33 da Lei nº 14.133/2021, a formação de consórcios é permitida para a execução de contratos de grande vulto ou alta complexidade. No entanto, considerando que o objeto contratual não apresenta essas características, a vedação à participação de empresas em consórcio é plenamente justificável. Essa restrição simplifica o processo de contratação e gestão, reduzindo potenciais entraves administrativos e custos adicionais que poderiam surgir com a formação de consórcios, além de garantir maior celeridade e eficiência na execução do contrato.

21. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

21.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- Eficiência energética e uso racional de recursos naturais
- Preferência por materiais recicláveis ou reciclados
- Redução de resíduos e embalagens sustentáveis
- Origem sustentável e responsabilidade social
- Logística reversa e maior durabilidade dos produtos

21.2. A contratada compromete-se a executar o objeto deste contrato em conformidade com os princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, promovendo o desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do artigo 11 da Lei nº 14.133/2021.

Obrigações Específicas:

21.3. Utilizar, sempre que aplicável, materiais, produtos e tecnologias que minimizem o impacto ambiental, incluindo, mas não se limitando a itens recicláveis, biodegradáveis ou com certificação de origem sustentável, conforme especificado no edital e seus anexos.

21.4. Adotar práticas que reduzam o consumo de recursos naturais, como água e energia, e que promovam a eficiência no uso desses recursos durante a execução do contrato.

21.5. Garantir a destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados na execução do contrato, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e demais normas aplicáveis.

- 21.6. Priorizar, quando cabível, a contratação de mão de obra local e a aquisição de bens e serviços produzidos no território nacional, observadas as condições de preço, qualidade e competitividade, conforme artigo 25, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- 21.7. Cumprir com as normas trabalhistas, de segurança e saúde ocupacional, garantindo condições dignas de trabalho e igualdade de oportunidades, em linha com os princípios de responsabilidade social.

Critérios de Avaliação e Fiscalização:

- 21.8. A contratada deverá apresentar, quando solicitado pela contratante, relatórios ou documentos comprobatórios do cumprimento das práticas sustentáveis exigidas, incluindo certificações ambientais, planos de gestão de resíduos ou comprovantes de uso de materiais sustentáveis.
- 21.9. A contratante poderá realizar fiscalizações periódicas para verificar o atendimento às obrigações previstas nesta cláusula, sendo a contratada responsável por fornecer acesso às informações e instalações necessárias.

Penalidades:

- 21.10. O descumprimento das obrigações de sustentabilidade previstas nesta cláusula sujeitará a contratada às penalidades previstas neste Termo de Referência e no contrato, incluindo advertência, multa, suspensão temporária de contratar com a Administração Pública ou declaração de inidoneidade, conforme artigos 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

22. DO CONTRATO

- 22.1. O Contrato para fornecimento dos produtos com as empresas vencedoras terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de Anápolis.
- 22.2. Convocado, o licitante vencedor deverá comparecer à sede da contratante, para a devida assinatura do contrato, dentro do prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

23. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 23.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

24. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

- 24.1. A Administração designará, por meio de portaria, um gestor e um fiscal com validade de 12 (doze) meses, responsáveis por acompanhar o fornecimento do objeto do contrato, gerir e fiscalizar a contratação e entrega do objeto adquirido, receber as notas fiscais, conferir todas as especificações dos itens e quantitativos, bem como por atestar as faturas apresentadas, mediante conferência com os dados dos objetos adquiridos, para fins de ratificação pela Unidade Gestora.
- 24.2. Esses profissionais assegurarão que os produtos sejam entregues em conformidade com as necessidades específicas de cada solicitação e em estrita observância às condições e particularidades estabelecidas na contratação.

25. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há aquisição de itens correlacionados com o objeto questão.

26. DA FISCALIZAÇÃO

- 26.1. Nos termos da Lei n. 14.133/21, será designado fiscal para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 26.2. A fiscalização de que trata o item acima não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos,

27. - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 27.1. Modernizar a gestão da tecnologia da informação estruturando a unidade escolar com equipamentos tecnológicos, com ares condicionados e com mobiliários passa a ter uma melhor condição de apoio pedagógico, visando melhorar o desempenho dos alunos.
- 27.2. Os resultados pretendidos com a presente contratação são atendimento de todas as demandas de materiais de informática, no suporte à atividade finalística da unidade escolar, assegurando a continuidade da prestação de tais serviços, e do uso racional dos recursos financeiros; com a aquisição de materiais de Informática busca-se a obtenção da melhor relação custo-benefício possível de materiais de informática em recursos financeiros, econômicos e administrativos possa alcançar, permitindo assim que os serviços sejam realizados de forma rápida, econômica e sustentável.

28. DO PAGAMENTO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 28.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual inserida na Ação 2884 – Apoio Administrativo e Financeiro ao Fundo Gestor da Educação do PPA 2022/2025.
- 28.2. A contagem de prazo para pagamento se dará a partir da data do ateste efetuado por servidor responsável pelo recebimento dos produtos.
- 28.3. O pagamento ao contratado será realizado em até 20 (vinte) dias úteis a contar da liquidação da despesa, mediante recebimento da nota fiscal correspondente ao que foi entregue e liberação da despesa pela Controladoria Geral do Município de Anápolis conforme previsto no art. 66 do Decreto Municipal nº 48.980/23 limitados a:

I - 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, processo iniciado no art. 63, § 1º;

II - 20 (vinte dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa

28.4. Dotação Orçamentária: **09.24.12.365.0705.2881.33.90.30 e 09.24.12.365.0705.2881.44.90.52**, fonte 0101, não se tratando de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa.

28.5. Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal, o valor devido pela Administração será atualizado financeiramente de acordo com a variação do IPCA, desde a data final do período de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, nos termos da Lei. No caso de atrasos de pagamento causados pela empresa, não haverá incidência de correção monetária.

28.6. O presente critério se aplica aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamentos.

28.7. Não será realizado pagamento ao licitante vencedor enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e/ou documental, sem que isso gere direito a alteração de preços ou à compensação financeira.

28.8. Neste caso a contagem de prazo para o pagamento se dará a partir da data da regularização.

29. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

29.1. Os itens serão licitados de forma parcelada, por ITEM, com o objetivo de aumentar a competitividade e a economicidade, já que o parcelamento não prejudicará a solução como um todo. O parcelamento é tecnicamente viável e favorece a ampla participação de licitantes. Atesta-se o respeito aos princípios da padronização e do parcelamento, corroborando com a compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho e economicidade, conforme o artigo 47 da Lei 14.133/21 temos a seguinte redação: Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I – da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II – do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I – a responsabilidade técnica;

II – o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III – o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

30. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

30.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) fraudar a contratação, praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a. O atraso superior a trinta dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem, de 0,5% a 2% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem, de 0,5% a 2% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem, a multa será de 0,5% a 2% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem, a multa será de 0,5% a 1% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem, a multa será de 0,5% a 1% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

30.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

30.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

30.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 30.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 30.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 30.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 30.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 30.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 30.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 30.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 30.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

31. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 31.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 31.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 31.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 31.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 31.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

32. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

- 32.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº 14.133/2021).

33. FISCAL DO CONTRATO

- 33.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 33.2. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (art. 117, §1º da Lei nº 14.133/2021)
- 33.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 33.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 33.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 33.6. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação.

34. GESTOR DO CONTRATO

- 34.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 34.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais gestor do contrato

acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassam as suas.

- 34.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 34.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 34.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 34.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 34.7. Caberá ao gestor do contrato, agindo com prudência e segurança, e a pedido da Contratada, aplicar o reequilíbrio econômico-financeiro, se couber, por meio de recomposição e fazer constar dos autos do processo, a análise que demonstre, inequivocamente, os seus pressupostos, de acordo com a teoria da imprevisibilidade, juntamente com a análise global dos custos do objeto contratado.

35. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 35.1. A contratação será realizada por meio de processo licitatório, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e sustentabilidade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
- 35.2. A execução contratual deverá atender às normas técnicas vigentes, às exigências de segurança, acessibilidade e funcionalidade, bem como às necessidades pedagógicas e operacionais da unidade educacional.
- 35.3. A entrega e instalação dos bens deverão ocorrer no endereço indicado pela Administração, dentro dos prazos estabelecidos no contrato, com garantia de funcionamento e suporte técnico, quando aplicável.
- 35.4. A fiscalização da execução contratual será realizada por servidor(es) designado(s), conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com registro em relatório próprio e comunicação formal de eventuais irregularidades.
- 35.5. Os bens adquiridos deverão atender, sempre que possível, aos critérios de sustentabilidade definidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, priorizando eficiência energética, materiais recicláveis, durabilidade e responsabilidade socioambiental

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, da data da assinatura.

Thiago Henrique Maia
Diretor Administrativo e Financeiro

Adriana Rocha Vilela Arantes
Secretária Municipal de Educação



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Henrique Maia, Diretor(a)**, em 17/06/2026, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rocha Vilela Arantes, Secretario(a)**, em 17/06/2026, às 14:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2503454** e o código CRC **329DA377**.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar - ETP Nº 105/2025 - SEMED/DIAF/GEAD/NUAAA

Em 19 de setembro de 2025.

INTRODUÇÃO

O presente documento visa analisar a viabilidade técnica para aquisição de equipamentos de ar condicionado, eletrônicos, eletrodomésticos, climatizadores de ar, bebedouros de água, equipamentos de informática, brinquedos para educação infantil e mobiliários para o Centro Municipal de Educação Infantil Professora Adriana de Lima Silva e Cruz da rede municipal de ensino e embasar o termo de referência.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O fornecimento de equipamentos de ar condicionado, eletrônicos, eletrodomésticos, climatizadores de ar, bebedouros de água, equipamentos de informática, brinquedos para educação infantil e mobiliários visa atender o Centro Municipal de Educação Infantil Professora Adriana de Lima Silva e Cruz, tendo por finalidade suprir as demandas da unidade com os produtos e equipamentos necessários ao funcionamento e desenvolvimento de suas atividades. Visto que a situação atual é deficitária a qual necessita de modernização e/ou não existem equipamentos mínimos para o bom andamento da unidade. Tudo isso no fulcro de manter e dar continuidade às atividades essenciais da educação.

A aquisição de equipamentos para o Centro Municipal de Educação Infantil Professora Adriana de Lima Silva e Cruz é essencial para criar um ambiente funcional e confortável para as crianças, professores e funcionários, promovendo a saúde e o bem-estar dos mesmos, incentivando o rendimento escolar dos alunos, trazendo benefícios como o desenvolvimento educacional das crianças.

Considerando que a prefeitura vem implementando ações voltadas para a qualidade e ao bem-estar das crianças e adolescentes atendidos nas instituições públicas de ensino municipal, propiciando um ambiente escolar seguro e favorável às condições de ensino no espaço físico das escolas devem ser pensados sob a ótica do conforto, da durabilidade, dos custos e também da segurança.

2 – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL)

A realização desse serviço está inserida na Ação 2884 – Apoio Administrativo e Financeiro ao Fundo Gestor da Educação do PPA 2022/2025.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A aquisição/instalação de equipamentos de ar condicionado para o Centro Municipal de Educação Infantil Professora Adriana de Lima Silva e Cruz proporcionará um ambiente mais confortável e acolhedor para as crianças e aos professores durante o desenvolvimento das atividades escolares facilitando todo o processo de aprendizado. Os equipamentos permitem a toda a comunidade escolar conforto e bem-estar. É importante ressaltar que o equipamento de ar condicionado é um investimento a longo prazo que beneficia também gerações futuras de alunos. O investimento é uma medida estratégica para criar um ambiente propício ao aprendizado, promovendo o desenvolvimento integral das crianças demonstra o compromisso da comunidade com a educação de qualidade desde a infância.

A aquisição de equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, climatizadores de ar, bebedouros de água, equipamentos de informática, brinquedos para educação infantil e mobiliários para o Centro Municipal de Educação Infantil Professora Adriana de Lima Silva e Cruz é uma ação indispensável para tornar o ambiente educacional mais dinâmico e acolhedor. A modernização dos recursos tecnológicos trará benefícios significativos para alunos e educadores, contribuindo significativamente para o desenvolvimento educacional. Usar equipamentos modernos torna as aulas mais divertidas e envolventes. Esses recursos facilitam a compreensão dos conteúdos, estimulam a participação ativa dos alunos e tornam o processo de ensino-aprendizagem mais eficaz. Além disso, o uso de tecnologias prepara os estudantes para um mundo cada vez mais digital e conectado. O investimento em equipamentos audiovisuais é fundamental para criar um ambiente inovador e motivacional. Essa iniciativa não só aprimora a qualidade do ensino, mas também fortalece o compromisso da escola com a formação integral dos seus alunos, preparando-os para os desafios do futuro.

A aquisição de equipamentos e mobiliários modernos garantirá que a unidade escolar esteja plenamente equipada para atender às necessidades educacionais, proporcionando um ambiente adequado e estimulante para o aprendizado, é de extrema importância para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

<https://catalogo.compras.gov.br> = CÓDIGO

ÍTEM	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	CÓDIGO
01	07	Armário de aço, fechado, com 02 portas de abrir, medidas de no mínimo de 1980 x 1200 x 450 mm (AxLxP), com 03 prateleiras reguláveis e 01 fixa, estrutura com espessura mínima de 0,50 mm, puxador estampado com chaves, estrutura confeccionada em aço carbono chapa 24, acabamento tratado pelo anti-ferruginoso, pintura epóxi pó texturizada, cor cinza	617022
02	03	Desktop, com processador de 12ª geração, número de núcleos 10, cache 12 MB, memória ram DDR5, 8Gb, padrão SSD, com disco rígido de 256Gb, com cabo VGA e HDMI, com placa de rede wireless, placa mãe com suporte para memórias DDR5, gabinete e fonte ATX	624055
03	03	Monitor minino de 21 polegadas, com ajuste de altura, rotação e inclinação, mínimo de 01 VGA, 01 HDMI e 01 display port, com resolução mínima de 1920 x 1080, 60 hz	463272
04	03	Mouse óptico, com resolução mínima de 1.000 dpi	451822
05	03	Teclado em português do Brasil, padrão ABNT2	451817

06	04	Cadeira giratória concha dupla com encosto e assento confeccionados em madeira compensada multilaminada moldada anatomicamente, com espessura mínima de 12mm, revestidos em couro sintético, na cor preta, estofamento em espuma de poliuretano injetado moldada anatomicamente, apresentando densidade de 45kg/m ³ e de 50kg/m ³ , espaldar alto, com encosto medindo no mínimo (460 x 420)mm, e assento medindo no mínimo (460 x 460)mm, com braços, regulagem pneumática (a gás) de altura para o assento, tubo central em aço, proteção em capa telescópica em polipropileno injetado, base formada por 05 patas, com rodízios duplos em poliamida, base em aço, com acabamento em pintura eletrostática com tinta pó, na cor preta, com prazo de garantia de no mínimo 12 meses, fabricada de acordo com as normas NBR/ABNT 13962 e NR-17	460942
07	02	Longarina modelo cadeira com 04 lugares, concha dupla, assento medindo no mínimo 460 x 470 mm, com encosto medindo no mínimo 460 x 330 mm, sem braços, sem mesa, assento e encosto em polipropileno copolímero injetado moldado anatomicamente, acabamento texturizado, assento estofado com almofada com cantos arredondados, revestido em couro sintético, na cor preta, estrutura em tubo de aço, espessura de no mínimo 1,5mm (chapa nº 16), acabamento em pintura eletrostática com tinta pó, na cor preta, com garantia de no mínimo 12 meses, fabricada de acordo com as normas NBR / ABNT vigentes	630231
08	08	Cadeira fixa, modelo executiva, com encosto e assento em madeira compensada multilaminada colada, prensada e moldada anatomicamente a quente, espessura mínima de 50 mm, revestido em tecido 100% poliéster, na cor preta, acabamento em perfil de PVC nas bordas, estofamento em espuma injetada, apresentando densidade de 50 kg/m ³ , sem braços, espaldar médio, encosto de no mínimo 41 x 41 cm, assento no mínimo 46 x 43 cm, com estrutura em tubo de aço, pé trapézio arco duplo 7/8 com espessura mínima 1,2 mm, com pintura em tinta epóxi pó, tratamento anti-ferruginoso, na cor preta	339841
09	03	Impressora multifuncional colorida, tanque de tinta 3 em 1, com tecnologia de jato de tinta sem calor, com resolução do scanner 1.200 dpi x 2.400 dpi, com resolução máxima de impressão 5.760 x 1440 dpi, com velocidade de impressão preto de até 33ppm e colorido de até 15ppm, imprime sem aquecimento em alta performance e com melhor qualidade, impressão otimizada de fotos, tons de preto aprimorados para garantir melhor impressão de textura sombras e contrastes em fotos, com capacidade do tanque de tinta de até 7.500 páginas coloridas ou 4.500 páginas em preto, wi-fi direct3/wireless 3, com cabo de energia, com cabo USB	449629

10	02	Impressora laser, monocromática, com impressão duplex automática, velocidade mínima na cor preta de 50 ppm, resolução mínima na cor preta 1200 x 1200 dpi, memória mínima de 128 Mb, interface USB e interface de rede, papéis suportados carta, ofício, A4, capacidade mínima da bandeja de entrada de 500 folhas, saída de 250 folhas, suportando 1 bandeja, emulação Pcl6 e postscript nível 3, sistema operacional suportado Windows, com drivers de instalação, com garantia de no mínimo 12 meses, com manual de operação em português, toner incluso, com cabo USB e cabo de alimentação	455606
11	14	Ar condicionado, split hi-wall, compressor dual inverter, capacidade 12.000 BTU'S, ciclo frio, classificação energética A, controle remoto, bifásico, cor branca, com instalação do aparelho de ar condicionado na unidade escolar	458192
12	01	Laminadora para papel pequeno, A4 e Ofício, em poliestireno de alto impacto, com dimensões mínimas de 365mm (l) x 160mm (p) x 105mm (a), com abertura para inserção mínima de 240 mm, temperatura ajustável de 90 a 150 C, tempo de aquecimento de 3 a 5 minutos, para plastificação com polaseal de 75 a 200 micros, com capacidade de plastificar 01 folha por vez, para plastificação A4 e ofício, velocidade de plastificação 280 mm/minuto, consumo de energia: 0,45 Kw/h, tensão de alimentacao 220 Volts, potência mínima de 450 watts, garantia de 12 meses	350907
13	01	Refiladora de papel, com base em chapa de aço, comprimento do corte medindo 450 mm, capacidade de corte de 10 folhas de papel 75 g/m2, apresentação com faca circular em aço temperado, manual, utilização em mesa, sistema deslizante em faca guiada por tubo confeccionado em aço ou plástico rígido, régua de encosto com escala milímetros	257587
14	01	Encadernadora modelo de mesa, com acionamento manual, com funções perfurar e encadernar, com capacidade para encadernar um total de 120 folhas, perfura por vez 20 folhas, encadernação com espiral, formato de furo redondo, medindo cada furo 4 mm de diametro, com passo de furo de 6 mm, com comprimento de perfuração de 420 mm, com 4 reguladores de margem, medindo no mínimo 395 x 420 mm, com manual de instrução em português, com garantia mínima de 1 ano	293555

15	01	<p>Projektor de multimidia com mínimo de 4000 lumens, resolução full HD com 2.073.600 pixels (1.920 px x 1.080 px), contraste de relação até 16.000:1, com reprodução de cor até 1 bilhão de cores, tecnologia de projeção 3 LCD/3 chips com método matriz ativa Tft de poli-silício, com zoom óptico manual / F:1.5-2.0 / zoom 1.6, foco manual / distância focal 18,2mm - 29,2mm, projeção da tela mínima de 30" a 300" (0,87 m - 14,41 m), compatível com computadores PC e Mac, correção do efeito trapézio automática, com ruído máximo de 28 Db / 37 Db, conexões de entrada/saída 2 D -sub15pin, 1 Video RCA, 2 hdmi (hdmi 1/mhl), entrada e saída estereo, voltagem 100v - 240v Ac +/- 10%, 50hz/60 Hz, pesando no máximo 3,1 Kg, medindo aproximadamente 309 mm x 90 mm x 282 mm (largura x altura x profundidade), modo de projeção frontal / posterior / teto, duração da luminosidade: lâmpada 300w / duração mínima de 10.000 horas modoeco, e 5.000 horas modo normal, fornecido com cabo hdmi, controle remoto com 2 pilhas AA, cabo de alimentação mínima de 1,8m, cabo do computador, garantia mínima de 12 meses para o projetor e 3 meses para a lâmpada, manual e certificado de garantia em português</p>	624091
16	07	<p>Televisão a cores, smart tv, com conversor digital integrado, tela de LED, de 32 polegadas, com resolução de 1366 x 768, com diagonal visual de aproximadamente 80 cm, funções: timer on-off, sleep timer, bloqueio de canais, frequência em tecnologia 120hz, som estereo, SAP, closed caption, surround, dolbydigital, conexões de entrada/saída mínimas: 2 hdmi, USB, entradas de vídeos, entrada de áudio, saída de áudio ótico digital, com recepção para 180 canais, sistema de cores ntsc, controle remoto padrão, voltagem bivolt, consumo aproximado 39w, medindo aproximadamente 46,3 x 74,5 x 15 cm, pesando no máximo 4kg, com garantia mínima de 12 meses, manual em português, com controle remoto, baterias, cabo de força e manual de instalação</p>	443966
17	01	<p>Televisão a cores, Smart TV, tela tecnologia LED, resolução 4k UHD, de 55 polegadas, taxa de atualização maior que 120hz, diagonal visual de aproximadamente 152,4cm, wireless lan embutido, acesso a internet, conectividade WIFI e bluetooth, no minimo 03 entrada HDMI e 02 entradas USB, entrada de video composto AV1 e entrada ethernet lan (RJ45), entrada RF (antena), saída de fone de ouvido, entrada de video componente, no minimo 01 saída de audio digital, controle remoto infravermelho e comando de voz bluetooth, com recepção para tv digital, itens inclusos: manual do usuário, base e 04 parafusos de fixação de base, cabo de força, cabo extensor, controle remoto com 02 pilhas, com garantia de 12 meses</p>	471011
18	14	<p>Estante organizadora colmeia com 12 nichos israel, 100% MDF 15 mm, acabamento TXT, com medidas mínimas da estante 1,50 x 0,90 x 0,35 (C x A x P), com medidas mínimas dos nichos 28 x 36 x 35 cm (A x L x P)</p>	619551

19	85	Caminha empilhável, com tecido em fibra sintética, com pés em polipropileno, com dimensões mínimas 1,32 x 0,53 x 0,135 m, estrutura em alumínio resistente suportando até 80 kg	628974
20	04	Trocador 2 X 1, mini berço com colchão para bebê, suporte 100% mdf, trocador em algodão, com dimensões mínimas 88 x 50 x 87 (C x L x A), com pintura atóxica, com mosqueteiro de aço com varão, bordas arredondadas, grades com proteção lateral, 02 rodízios com trava e 02 rodízios sem trava, com 01 compartimento, com suporte para madeira	413724
21	01	Forno elétrico, potência mínima de 2.350W, em aço inox, com acabamento na cor preta e vidro temperado, dimensões externas de no mínimo 56 x 59 x 48 cm (A x L x P), com dimensões internas mínimas 35 x 44 cm (AxL), capacidade 60L, com no mínimo duas grades internas cromada, função auto limpeza ou limpa fácil, luz interna, luz indicadora de funcionamento, botões analógicos de timer, temperatura e função, funções aquecimento superior, inferior, grill, com controle mecânico de temperatura de 50° a 250°C; voltagem: 220 V, fabricado de acordo com as normas vigentes obrigatória	615886
22	01	Coifa de alumínio com exaustor de 30 cm, 1,30 x 1,30	215382
23	02	Mesa de reunião, tampo em madeira MDF, revestida em laminado melamínico, na cor argila, acabamento das bordas em fita de bordas 3mm tipo hotmelt, formato retangular, medindo no mínimo 2000 x 1000 mm, com espessura mínima de 30 mm, com altura de 750 mm, estrutura em em aço, de seção tubular regular, chapa com espessura mínima de 1,6mm, contendo sapatas niveladoras, acabamento em pintura eletrostática com tinta pó, com garantia de no mínimo 12 meses, fabricada de acordo com as normas NBR/ABTN vigentes	427023
24	01	Máquina descascadora de laranja e limão manual com manivela, com medidas mínimas de 24 x 15 x 5 cm (C x A x L), com o corpo do descascador em alumínio fundido, com lâmina de aço inoxidável, com eixo de aço de carbono niquelado, com cabo de plástico	264514
25	01	Freezer horizontal, 02 portas, capacidade mínima 400 litros, branco, com tampas balanceadas, dimensões aproximadas 96 x 135 x 78cm (A x L x P), peso aproximado de 62kg, 220v, com cesto removível, garantia mínima 12 meses, com selo procel, eficiência energética letra A	291827
26	01	Panela de pressão, de alumínio, com capacidade mínima para 12 litros, com fechamento externo, válvula de segurança, cm diâmetro mínimo de 35,5 cm, altura mínima de 26cm, asa de baquelite (duas asas), e suas condições deverão estar de acordo com a NBR11823	300083
27	01	Refrigerador vertical duplex frost free, capacidade mínima total de 375 litros, branca, com prateleiras internas reguláveis e controle eletrônico de temperatura, medindo aproximadamente: 175 x 60 x 75 cm (A x L x P), voltagem: 220 V, garantia mínima 12 meses, fabricado de acordo com a legislação vigente, com selo Procel letra A	427602

28	02	Bebedouro industrial em aço inoxidável, capacidade mínima de 100 L, estrutura em aço inox 430, com pés reguláveis em ABS injetado de alta resistência, com serpentina interna em aço inox 304, com reservatório em polipropileno, com isolamento em EPS, com gás ecológico R134a, com termostato para ajuste de temperatura, com aparador de água reforçado e mangueira de dreno, com filtro multiuso, com 03 saídas de água : 01 torneira de água natural e 02 de água gelada, garantia de 12 meses, com tomada de 03 pinos, conforme norma da ABNT/NBR	395320
29	01	Container coletor de resíduos sólidos, em plástico injetado em alta densidade (pead) e aditivado com proteção UV, superfície lavável, impermeável, não permite vazamento de líquidos, cantos arredondados, dimensões externas mínimas 130 cm (altura) x 137 (comprimento) x 104 cm (largura), 1000 litros / 440 Kg, cinza escuro, tampa articulada ao próprio corpo, munhões laterais para basculamento, 04 rodízios giratórios com rodas de borracha 8, com freio de estacionamento, ângulo de 360°, produto fabricado em conformidade com a norma Dinem 840, dreno para escoamento	319667
30	07	Climatizador/umidificador de ar, capacidade mínima de 75 litros, potência mínima de 180W, mínimo de 03 potências de velocidade, com indicador de nível de água, com modo ventilador, 04 rodinhas (rodizio) para transporte, cor branco, 220V	626948
31	01	Lavadora de roupa com cesto em aço inox, pintura em cor branca, modelo vertical, com aceso, abertura tampa superior, com funções: lava, centrifuga e outras, medindo 102 x 60 x 66 cm (Ax Lx P), mínimo de 12 programas de lavagem e 4 níveis de água, com filtro para retenção de fiapos, com capacidade de lavar de no mínimo 14 Kg de roupas, classificação energética A, max de consumo de água para ciclo, no nível mais alto, em ciclo normal 200L, mínimo de 12 programas de lavagem e 4 níveis de água, produto com filtro para retenção de fiapos, acompanha mangueiras de entrada e de saída de água, 220 V, fechamento superior da tampa com visor transparente, na cor branca	449998
32	01	Lavadora de roupa doméstica, modelo tanquinho semi automático, gabinete em poliestireno, medindo aproximadamente 0,96 x 0,55 x 0,54 m (A x Lx P), lavagem por turbilhonamento com nível inteligente, com capacidade para 10 Kg, dispenser para sabão e amaciante com medidor, filtro para fiapos, mangueira de entrada de água, timer com seis programas, motor de 1/4 CV, voltagem de 220 V, eficiência energética classe A – inmetro, na cor branca com tampa transparente, acondicionada de forma evitar choque mecânico, garantia mínima de 12 meses	630795

33	08	Estante multiuso, em aço carbono chapa 22 (0,75mm) com tratamento anti-ferruginoso, pintura eletrostática a pó, a base de resina epoxi em alta temperatura, na cor cinza, tipo industrial, 04 colunas L2 em chapa 18 (1,20mm), medindo 1000 x 500 x 2000 mm (L x P x A), com 06 prateleiras lisas, com ajustes de altura, capacidade para suportar até 60 kg cada, pés niveladores em aço zincado, garantia mínima de 12 meses	620209
34	02	Cama elástica de diâmetro total de 2,44 m, estrutura em aço zincado, hastes galvanizadas revestidas com isotubos blindados e ponteiras, proteção de molas com revestimento PVC com polietileno colorido e impermeável, lona de salto em polipropileno com proteção UV, com rede de proteção externa em polipropileno, com 48 molas de 13,5 cm, com altura mínima do chão até a lona de 85 cm, com altura total mínima de 1,85 m, peso máximo suportado de 150 kg	628071
35	03	Casa de bonecas em polietileno, com portas, telha e janelas de plástico, casinha com textura simulando alvenaria e esquadrias, que lembra um chalé, uso para crianças acima de 2 anos, com medidas mínimas de altura: 128 cm, largura: 123 cm, comprimento: 122 cm	486485
36	10	Gangorra em polietileno de 3 lugares, em forma de dinossauro, indicado para 1, 2 até 3 crianças brincarem juntas, material: polietileno rotomoldado, faixa etária: a partir de 4 anos, com medidas mínimas de altura: 0,59m, largura: 0,41m, comprimento: 1,54m	486484
37	10	Escorregador em polietileno rotomoldado com 4 degraus antiderrapantes, com base larga para maior segurança, sistema de encaixe para caixa de areia, faixa etária de 2 a 10 anos, com medidas mínimas de altura: 1,29m, largura: 0,82m, comprimento: 1,78m	483240
38	04	Gira gira carrossel em polietileno para até 4 crianças, faixa etária a partir de 2 anos, com medidas mínimas de altura: 0,70m, largura: 0,91m, comprimento: 0,91m	483286
39	02	Tenda tipo pirâmide, sem fechamento, com estrutura metálica de aço galvanizado, medindo 10x10m, pé direito de 4m, altura total (central) de 7m, cobertura de lona de PVC, com resistência a raios UV e ressecamento, impermeável, antimoho e com tratamento antichamas, na cor branca, montagem por sistema de encaixes, com parafusos e conexões em aço, com manual de instruções de montagem, acondicionada em material apropriado que garanta a integridade do produto	626228
40	02	Caixa de som com tripé, ativa de 15 polegadas, driver de 1,75 polegadas, 700w RMS (1400w de pico), 131 decibel SPL de pico, frequência 45hz - 18khz, ângulo de dispersão 90° x 60°, com 2 entradas combo XLR/P10 volumes separados, saída de linha XLR, seletor DSP com ajuste de volume geral, equalização de bandas, delay e 4 presets de equalização, com parafuso de 8mm, suporte para pedestal (satélite), possível uso como monitor de chão, peso aproximadamente: 20kg, medindo: 42 x 38 x 70cm, fonte bivolt selecionável	473185

41	02	Caixa de som, portátil com rodinhas para deslocamento e alça ajustável, amplificada com microfone, na cor preta, com bateria recarregável, potência mínima de 400w RMS, medindo aproximadamente 34 x 53 x 29 cm (L x A x P), com entrada para P10 (microfone), 1 RCA, entrada USB, 1 auxiliar, bivolt, tecnologia bluetooth, leitor de cartão SD, fornecida com cabo de alimentação, controle remoto, manual em português, garantia mínima de 6 meses	625678
42	02	Microfone profissional de mão, com fio cardióide, dinâmico, frequência mínima de 50hz a máxima 15khz, sensibilidade de 51,5 DB (2,6 MV), impedância de 59 DB, sem alimentação, saída XLR-3	285821
43	04	Roteador comunicação a distância, tipo externo wireless, com 04 portas LAN 10/100/1000 mbps, 01 porta WAN 10/100/1000 mbps, 02 USB 2.0, padrão gigabit ethernet; a 2.4 ghz com taxa de sinal de 300 mbps e 5 ghz com taxa de sinal de 450 mbps, com protocolos IEEE 802.11 b/g/n, garantia de 12 meses	460864
44	01	Base para bandeiras em madeira maciça com encaixe para 03 mastros de alumínio, com medidas mínimas do suporte de 49 x 24 cm (C x L), mastros em alumínio de no mínimo 2,15 cm	619885
45	01	Parafusadeira em plástico rígido e punho emborrachado, tipo parafusadeira/furadeira a bateria, modelo pistola de impacto, medidas mínimas de 225 x 79 x 259 mm, linha profissional, funções: furadeira/ parafusadeira de impacto, torque junta rígida: 91 n.m, junta flexível: 58 n.m, mandril de aperto rápido, bateria 18v, rotação por minuto alta: 2.000, baixa: 400, pesando aproximado: 2,3 Kg, bateria de ions de lítio 18v, 3,0 ah, com garantia mínima de 12 meses e manual de instruções em lingua portuguesa, acompanha 2 baterias, carregador, punho lateral, limitador de profundidade e maleta	444251
46	01	Escada alumínio, tipo articulada, 4x4, medindo no mínimo 1,20m de altura (fechada), altura estendida de no mínimo 4,23m, com 16 degraus, sendo 4 partes de 4 degraus, no mínimo 07 posições de uso mais uma posição compacta, degrau em degrau em alumínio, com capacidade 150 Kg, no mínimo 07 posições de uso mais uma posição compacta, 12 meses	356293
		Jogo de ferramentas profissional 102 peças com maleta, com: - 01 parafusadeira furadeira com voltagem/bateria: 12V Lítio - 1.5Ah, carregamento de conexão direta, mandril aperto rápido 3/8" - 10 mm, rotação: 1ª Vel. 0 - 350 / 2ª Vel. 0-1350 rpm, controle de velocidade, rotação reversível, controle de torque: 25+1, torque máximo: 24 nm, com carregador bivolt, voltagem: 127/220V, amperagem: 5Ah, saída: 12V • 500mA, luz de alerta de funcionamento, cabo de 80cm, padrão: 2 pinos e plug DC macho - 01 furadeira de impacto velocidade variável e reversível 1/2" 550W, 220V, potência: 550W, velocidade: 0-3000 rpm, profundidade máxima de perfuração: concreto: 13mm, aço: 10mm e madeira: 25mm, mandril de chave: 1/2" - 13mm, com cabo de energia de 2m, com chave de mandril, punho auxiliar e limitador de profundidade	

47	01	<ul style="list-style-type: none"> - 01 esmerilhadeira Angular 5" 600W, 220V - 60Hz, potência: 600W, velocidade: 12.000 rpm, disco de corte: 125mm, rosca de eixo: M-14, com chave 2 pinos e empunhadura auxiliar - 01 pistola de cola quente 80W, bivolt - 127/220V - 60Hz, potência: 80W - 01 ferro de solda 60W, 220V - 60Hz, potência: 60W - 01 trena 3mx16mm - 01 martelo de emergência - 01 fio de solda (estanho: 60%, fluxo: 2.2%, diâmetro: 1mm) - 01 fita isolante 0.13x16mmx10m - 01 ferro de solda 220V - 01 sugador de solda - 01 eixo flexível universal, tamanho: 20cm, encaixe: 1/4" - 01 adaptador de soquete - 01 soquete 5mm - 01 soquete 6mm - 01 soquete 7mm - 01 soquete 8mm - 01 soquete 9mm - 01 soquete 10mm - 01 soquete 11mm - 01 soquete 12mm - 01 soquete 13mm - 01 estilete 18mm - 02 chave de fenda philips 2x100mm - 01 chave catraca para bits - 01 alicate cortador de fio com trava: 10-22 AWG (0.6-2.6mm) - 01 tesoura 17.5cm - 01 veda rosca 0.75x12mmx10m - 01 alicate suíço chaveiro com 11 funções: abridor de garrafa, abridor de lata, saca rolha, tesoura, serra pequena, serra grande, lâmina grande, chave de fenda cruzada 3mm, palito, lixa de unha e passa linha - 01 nível 3 bolhas com base magnética 15.5cm - 01 caneta testadora 12-220V - 01 arco de serra 150mm - 10 bits longos (01 fenda cruzada PH1, 01 fenda cruzada PH2, 01 fenda cruzada PH3, 01 fenda SL5, 01 fenda SL6, 01 pozidrive PZ1, 01 pozidrive PZ2, 01 pozidrive PZ3, 01 torks T20, 01 torks T25) - 01 chave de precisão fixa fenda: 2.5x50mm - 01 chave de precisão fixa fenda cruzada: PH00x50mm - 01 chave hexagonal com suporte 1.5mm - 01 chave hexagonal com suporte 2mm - 01 chave hexagonal com suporte 2.5mm - 01 chave hexagonal com suporte 3mm - 01 chave hexagonal com suporte 4mm - 01 chave hexagonal com suporte 5mm - 01 chave hexagonal com suporte 5.5mm - 01 chave hexagonal com suporte 6mm - 01 broca de alvenaria 5mm - 01 broca de alvenaria 6mm - 01 broca de alvenaria 8mm 	617113
----	----	--	--------

		<ul style="list-style-type: none"> - 01 broca helicoidal 5mm - 01 broca helicoidal 6mm - 01 broca helicoidal 8mm - 01 broca chata de madeira 16mm - 01 alicate bomba d'água 8" - 01 multímetro com cabos - 01 chave ajustável universal 2 bocas com regulagem: 9-22mm (extensão máxima: 215mm) - 01 chave ajustável universal chave 1 boca com regulagem: 23-32 mm (extensão máxima: 280mm) - 01 martelo unha 8oz - 01 alicate de bico longo 6" - 01 alicate combinado 6" - 01 jogo de chave para bit de precisão com ponteiros e pinça 32 peças: (01 torks T4, 01 torks T5, 01 torks T6, 01 torks T7, 01 torks T8, 01 torks T9, 01 torks T15, 01 torks T20, 01 torks H1.5, 01 torks H2, 01 torks H2.5, 01 torks H3, 01 torks H4, 01 fenda de pino 1mm, 01 chave estrela 2mm, 01 ponteira U 2.6mm, 01 fenda 1.5mm, 01 fenda 2, 01 fenda 2.5, 01 fenda 3, 01 fenda 3.5, 01 fenda 4mm, 01 triangular: 3mm, 01 tri-wing Y: 3mm, 01 fenda cruzada PH1, 01 fenda cruzada 2x PH2, 01 fenda cruzada PH0, 01 fenda cruzada PH00, 01 fenda cruzada PH000, 01 pinça, 01 chave para bit de precisão) - 01 serra copo com broca de centro 6mm: 34mm - 01 serra copo com broca de centro 6mm: 38mm - 01 serra copo com broca de centro 6mm: 44mm - 01 serra copo com broca de centro 6mm: 54mm - 01 pistola de cola quente 80W bivolt com 2 bastonetes - 01 maleta de acondicionamento com 4 travas: 62x48x14cm 	
48	01	Lavadora de alta pressão, uso doméstico e profissional, pressão de trabalho 120 bar (1740psi), vazão mínima 360 l/h, 220v, potência do motor 1,7kw, mangueira de alta pressão comprimento: 5 metros, pistola bico turbo e bico regulável, gatilho com trava de segurança, pesando aproximadamente 11 Kg, com carrinho de transporte, lanca, gatilho, engate rápido, tubeira e bico frezador, dimensões aproximadas: 365 x 280 x 815mm, com garantia mínima de 12 meses	617849
49	01	Quadro de aviso, de cortiça, medindo no mínimo 0,90 x 1,20m (C x L), moldura em alumínio, com parafusos e buchas para fixação, cor natural	271430

50	01	Armário de cozinha em aço, tipo kit com módulos, contendo paineleiro duplo, armário triplo, armário de geladeira, gabinete com 3 portas, 4 gavetas e tampo, medindo o conjunto total no mínimo 165 x 245 x 28 cm (A x L x P) e gabinete no mínimo 86 x 105 x 45 cm (A x L x P), com puxadores em poliestireno com acabamento metalizado, com portas com dobradiças com encaixe click (pressão e giro), tampo do gabinete em fórmica marmorizada, as chapas de aço deverão ter espessura mínima de 0,64mm, acabamento em pintura eletrostática, na cor branca, pés em poliestireno de alta densidade com sapatas cromadas reguláveis para o gabinete, com prazo de garantia de no mínimo 12 meses	260035
51	02	Mangueira para jardim, interior em PVC preto, trama de nylon, exterior em PVC flexível e silicone, diâmetro mínimo de 7/16 polegadas, com parede medindo no mínimo 1,5 mm, pressão suportada 150 psi, com os acessórios: esguicho com dupla função: sólido e pulverizador, 01 conector 3/4 de polegadas, comprimento: 50 metros	311490
52	01	Bandeira do Brasil, medindo 1,80 x 2,56 m (L x C), confeccionada em 100% poliéster, em malha bloqueada, indesmalhável, para uso interno ou externo, modelo estampo em dupla face, malha bloqueada, tecido sobreposto, tarja reforçada, entretela impermeável, polipropileno, brasão, leitura nos dois lados da bandeira, ABNT NBR 16286 e 16287	348127
53	01	Bandeira do Estado de Goiás, medindo 1,80 x 2,56 m, confeccionada em 100% poliéster, malha bloqueada, indesmalhável, gramatura aproximada de 150g/m², tingimento dos tecidos com corantes de alta durabilidade e resistência, tarja reforçada com entretela, dupla face, ABNT NBR 16286 e 16287	252629
54	01	Bandeira do município de Anápolis, em tecido 100% poliéster, pesando no mínimo 150 g/m², estampa em sublimação digital em alta resolução aplicada, dupla face, costura com linha resistente em ponto cerrado dois fios uniformes, para uso interno ou externo.	628010

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Como solução para atender à necessidade foi realizado levantamento de mercado encontrou-se as possibilidades de aquisição através de licitação por meio de adesão a ata de registro de preço ou abertura de um processo específico para a contratação pretendida.

Assim, após uma análise das soluções identificamos a licitação através de Pregão Eletrônico, como a melhor possibilidade, visto que não foram encontrados todos os itens necessários ao atendimento da demanda em atas vigentes disponíveis para adesão.

A solução supracitada garante maior vantajosidade econômica para esta secretaria, pois os custos com a licitação através de pregão eletrônico acabam sendo significativamente menores em comparação com outras modalidades de licitação, sendo possível alcançar um número maior de fornecedores, permitindo que haja uma competitividade maior e, consequentemente, possibilitando que os competidores ofereçam preços menores mantendo a qualidade das propostas.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado utilizado é a planilha de orçamento que integra este Estudo Técnico, conforme abaixo relacionados:

ITEM	UND	QT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Und	07	847,00	5.929,00
2	Und	03	4.212,40	12.637,20
3	Und	03	908,96	2.726,88
4	Und	03	33,05	99,15
5	Und	03	51,75	155,25
6	Und	04	651,90	2.607,60
7	Und	02	807,28	1.614,56
8	Und	08	191,83	1.534,64
9	Und	03	2.177,36	6.532,08
10	Und	02	1.885,40	3.770,80
11	Und	14	2.815,86	39.422,04
12	Und	01	683,70	683,70
13	Und	01	292,97	292,97
14	Und	01	1.135,88	1.135,88
15	Und	01	2.711,30	2.711,30
16	Und	07	1.046,55	7.325,85
17	Und	01	2.612,00	2.612,00
18	Und	14	816,99	11.437,86
19	Und	85	160,10	13.608,50
20	Und	04	433,41	1.733,64
21	Und	01	1.042,50	1.042,50
22	Und	01	1.540,50	1.540,50
23	Und	02	2.645,52	5.291,04
24	Und	01	142,45	142,45
25	Und	01	3.310,20	3.310,20
26	Und	01	392,67	392,67
27	Und	01	3.152,00	3.152,00
28	Und	02	2.444,45	4.888,90
29	Und	01	1.790,15	1.790,15
30	Und	07	1.516,42	10.614,94
31	Und	01	2.159,80	2.159,80
32	Und	01	655,07	655,07
33	Und	08	412,14	3.297,12
34	Und	02	1.638,18	3.276,36
35	Und	03	2.644,95	7.934,85
36	Und	10	434,68	4.346,80
37	Und	10	713,88	7.138,80
38	Und	04	2.520,79	10.083,16
39	Und	02	11.949,50	23.899,00
40	Und	02	1.603,57	3.207,14
41	Und	02	1.146,78	2.293,56
42	Und	02	261,50	523,00
43	Und	04	286,25	1.145,00
44	Und	01	715,54	715,54
45	Und	01	820,10	820,10
46	Und	01	764,80	764,80
47	Und	01	1.060,82	1.060,82
48	Und	01	622,68	622,68
49	Und	01	141,08	141,08
50	Und	01	1.346,48	1.346,48
51	Und	02	140,87	281,74

52	Und	01	233,68	233,68
53	Und	01	241,50	241,50
54	Und	01	118,23	118,23
227.042,56				

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A aquisição/instalação de equipamentos de ares condicionados para o Centro Municipal de Educação Infantil Professora Adriana de Lima Silva e Cruz irá criar um ambiente confortável e funcional para as crianças contribuindo para o desenvolvimento educacional e bem-estar de todos, priorizando a durabilidade e facilidade de manutenção, bem como avaliação contínua no que diz respeito ao monitoramento da satisfação dos alunos e professores e realizando manutenções preventivas para alongar a vida útil dos equipamentos.

Com a aquisição de recursos audiovisuais para Centro Municipal de Educação Infantil Professora Adriana de Lima Silva e Cruz serão priorizados os equipamentos que possam ser utilizados em diversas disciplinas, implementando as aulas, apresentações coletivas das crianças, reuniões pais/pedagógicas e demais encontros organizados pela unidade escolar.

A aquisição de equipamentos e mobiliário com a compra de computadores, mesas, cadeiras, armários e outros itens essenciais para a operação eficiente no Centro Municipal Professora Adriana de Lima Silva e Cruz assegurando a plena funcionalidade do ambiente, com melhorias na estrutura escolar, proporcionando um ambiente moderno e tecnológico para os alunos, com implementação de novas metodologias pedagógicas, tornando o ensino mais interativo e envolvente, bem como o incentivo ao uso de tecnologias educacionais, ampliando as possibilidades de aprendizado e pesquisa.

O trabalho pedagógico desenvolvido na unidade exige dos profissionais um trabalho que contenha uma metodologia atrativa aos estudantes, uma geração repleta de nativos digitais que detêm a habilidade de navegar pelos meios tecnológicos com facilidade. Para que o ensino e aprendizagem aconteça de forma significativa, é preciso que a metodologia adotada pelos professores seja adequada às suas necessidades, caso contrário, a eficácia do trabalho realizado não será o almejado.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Os itens serão licitados de forma parcelada, por ITEM, com o objetivo de aumentar a competitividade e a economicidade, já que o parcelamento não prejudicará a solução como um todo. O parcelamento é tecnicamente viável e favorece a ampla participação de licitantes. Atesta-se o respeito aos princípios da padronização e do parcelamento, corroborando com a compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho e economicidade.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Modernizar a gestão da tecnologia da informação estruturando a unidade escolar com equipamentos tecnológicos, com ares condicionados e com mobiliários passa a ter uma melhor condição de apoio pedagógico, visando melhorar o desempenho dos alunos.

Os resultados pretendidos com a presente contratação são atendimento de todas as demandas de materiais de informática, no suporte à atividade finalística da unidade escolar, assegurando a continuidade da prestação de tais serviços, e do uso racional dos recursos financeiros; com a aquisição de materiais de Informática busca-se a obtenção da melhor relação custo-benefício possível de materiais de informática em recursos financeiros, econômicos e administrativos possa alcançar, permitindo assim que os serviços sejam realizados de forma rápida, econômica e sustentável.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A administração nomeará, através de portaria, fiscal da contratação, para fiscalizar a contratação e utilização dos materiais adquiridos, receber as notas fiscais, conferir todas as especificações dos itens e quantitativos.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há aquisição de itens correlacionados com o objeto questão.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

A Contratada deverá aplicar critérios de sustentabilidade e responsabilidade social, priorizando materiais sustentáveis e processos produtivos que gerem menor impacto ambiental, garantindo a qualidade dos materiais pelas amostras e pelos laudos que trará a certeza de durabilidade evitando descartes precoces de produtos de distribuídos tendo grande impacto ambiental em nosso município; bem como valorizar fornecedores que adotem práticas de responsabilidade social, como a geração de empregos locais e o respeito às normas trabalhistas.

A eficiência energética dos equipamentos novos é superior a equipamentos defasados, na medida que os equipamentos antigos consomem mais energia elétrica para operar todas as suas capacidades, enquanto que os equipamentos novos, modernizados, dispendem menor solicitação da rede elétrica.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas análises realizadas, conclui-se que a realização de um processo licitatório para a aquisição dos bens/serviços em questão.

Diante do exposto neste Estudo Técnico Preliminar, a equipe declara-se favorável a contratação do objeto em questão.



Documento assinado eletronicamente por **LAETITIA BALIZA RODRIGUES ISHIKAWA**, Gerente, em 22/09/2025, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rocha Vilela Arantes**, Secretário(a), em 23/09/2025, às 09:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1906359** e o código CRC **57162AEE**.

MINUTA DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

(Processo Administrativo nº 01125.00002279/2026-04)

CONTRATO Nº XX/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS E A EMPRESA _____, PARA AQUISIÇÃO INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ARES CONDICIONADOS, ELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, CLIMATIZADORES DE AR, BEBEDOUROS DE ÁGUA, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, BRINQUEDOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E MOBILIÁRIOS PARA O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA ADRIANA DE LIMA SILVA E CRUZ DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

A Prefeitura de Anápolis-GO, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, com sede à Av. Brasil, 200 - Centro, Anápolis - GO, 75020-000, na cidade de Anápolis – GO, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.067.479/0001-46, neste ato representada pela Senhora ADRIANA ROCHA VILELA ARANTES, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 01125.00002279/2026-04 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 50/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição/instalação de equipamentos de ares condicionados, eletrônicos, eletrodomésticos, climatizadores de ar, bebedouros de água, equipamentos de informática, brinquedos para educação infantil e mobiliários para o Centro Municipal de Educação Infantil Professora Adriana de Lima Silva e Cruz da Secretaria Municipal de Educação, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QUANT.	CATMAT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	----------------------	---------	--------	--------	----------------	-------------



1	Armário de aço fechado, com 02 portas de abrir, medindo aproximadamente 1980 x 1200 x 450 mm (A x L x P), contendo no mínimo 04 prateleiras, sendo ao menos 03 reguláveis, confeccionado em chapa de aço com espessura mínima compatível com a utilização, com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática em pó, na cor cinza, contendo sistema de fechamento com chave	UND.	7	617022		
2	Impressora laser monocromática com impressão duplex automática, velocidade mínima de 50 ppm, resolução mínima de 1200 x 1200 dpi, memória mínima de 128 MB, interfaces USB e rede Ethernet, compatível com papel A4, carta e ofício, bandeja de entrada com capacidade mínima de 500 folhas, compatível com sistemas operacionais Windows, acompanhada de toner inicial, cabo de alimentação e garantia mínima de 12 meses.	UND.	2	455606		
3	Ar-condicionado tipo split hi-wall, capacidade mínima de 12.000 BTUs, ciclo frio, classificação energética "A" ou superior, controle remoto sem fio, tensão compatível com a rede local, na cor branca, incluindo instalação completa na unidade escolar, materiais necessários e garantia mínima de 12 meses.	UND.	14	458192		



4	Refiladora manual de papel, com capacidade mínima para corte de 10 folhas 75 g/m ² , comprimento de corte mínimo de 450 mm, base metálica, sistema de corte deslizante e régua de medição.	UND.	1	257587		
5	Smart TV LED de 32 polegadas, resolução HD ou superior, conversor digital integrado, conectividade Wi-Fi, no mínimo 02 entradas HDMI e 01 USB, acompanhada de controle remoto, cabo de alimentação e garantia mínima de 12 meses.	UND.	7	443966		
6	Smart TV LED 55 polegadas, resolução 4K UHD, conectividade Wi-Fi e Bluetooth, no mínimo 03 entradas HDMI e 02 USB, compatível com recepção digital, acompanhada de controle remoto, base, cabo de alimentação e garantia mínima de 12 meses.	UND.	1	471011		
7	Estante organizadora tipo colmeia com 12 nichos, confeccionada em MDF com espessura mínima de 15 mm, acabamento melamínico, medindo aproximadamente 1,50 x 0,90 x 0,35 m.	UND.	14	619551		
8	Forno elétrico com capacidade mínima de 60 litros, potência mínima de 2.300W, controle de temperatura, funções de aquecimento superior e inferior, grill, luz interna, timer e garantia mínima de 12 meses.	UND.	1	615886		



9	Coifa metálica com exaustor, medindo aproximadamente 1,30 x 1,30 m, adequada para utilização em ambiente de cozinha industrial.	UND.	1	215382		
10	Freezer horizontal com 02 portas, capacidade mínima de 400 litros, classificação energética "A", tensão 220V, acompanhado de cesto removível e garantia mínima de 12 meses.	UND.	1	291827		
11	Climatizador de ar portátil com reservatório mínimo de 75 litros, potência mínima de 180W, no mínimo 03 velocidades, indicador de nível de água, rodízios para movimentação e tensão 220V.	UND.	7	626948		
12	Cama elástica com diâmetro mínimo de 2,40 m, estrutura metálica galvanizada, rede de proteção, proteção de molas e capacidade mínima de carga de 150 kg.	UND.	2	628071		
13	Casa de bonecas infantil confeccionada em polietileno rotomoldado, com portas e janelas, indicada para crianças a partir de 2 anos, medindo aproximadamente 128 x 123 x 122 cm.	UND.	3	486485		
14	Gangorra infantil em polietileno rotomoldado, com capacidade mínima para 03 crianças, indicada para uso infantil, resistente e de fácil higienização.	UND.	10	486484		
15	Escorregador infantil em polietileno rotomoldado, com escada antiderrapante e base estável, indicado para crianças de 02 a 10 anos.	UND.	10	483240		



16	Caixa de som ativa com tripé, potência mínima de 700W RMS, conexões de entrada compatíveis com microfone e áudio auxiliar, equalização integrada e alimentação bivolt.	UND.	2	473185		
17	Parafusadeira/furadeira de impacto a bateria, tensão mínima de 18V, mandril de aperto rápido, acompanhada de 02 baterias recarregáveis, carregador e maleta, com garantia mínima de 12 meses.	UND.	1	444251		
18	Armário de cozinha em aço, tipo kit com módulos, contendo paineleiro duplo, armário triplo, armário de geladeira, gabinete com 3 portas, 4 gavetas e tampo, medindo o conjunto total no mínimo 165 x 245 x 28 cm (A x L x P) e gabinete no mínimo 86 x 105 x 45 cm (A x L x P), com puxadores em poliestireno com acabamento metalizado, com portas com dobradiças com encaixe click (pressão e giro), tampo do gabinete em fórmica marmorizada, as chapas de aço deverão ter espessura mínima de 0,64mm, acabamento em pintura eletrostática, na cor branca, pés em poliestireno de alta densidade com sapatas cromadas reguláveis para o gabinete, com prazo de garantia de no mínimo 12 meses	UND.	1	260035		
VALOR TOTAL						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital de Licitação;

- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da data de **publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município**, conforme constam no Termo de Referência para a contratação, observados o disposto no art. 80, do Decreto Municipal nº 48.890/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital e a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

4.1. As regras sobre a subcontratação e consórcio do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. *O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).*
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, a pedido da Contratada, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta ou do orçamento que ocasionou esta contratação. O reajuste fica limitado à variação do IPCA/IBGE ou, na insubsistência deste, por outro índice que vier a substituí-lo, sem prejuízo da negociação pelo gestor com vistas à obtenção de condição mais vantajosa para a Administração, e nos termos do art. 75 a 79, do Decreto Municipal nº 48.980/2023.

7.2. O prazo para resposta ao pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico – financeiro, será de um mês.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
 - 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente Contrato e no Edital e seus anexos;

8.1.7. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.8. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Rejeitar os serviços/produtos executados/entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua correção, no prazo máximo de 03 (TRÊS) dias, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pelo CONTRATANTE;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de um mês, conforme prevê o ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão expressamente as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

9.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada; (quando possível).

9.1.3. Responsabilizar-se pelo transporte do objeto até a local de execução conforme item 8 deste Termo de Referência;

9.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.1.7. Atender às determinações regulares do fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021;

9.1.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções;

9.1.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por danos causados à Administração ou a terceiros;

9.1.10. Entregar, junto com a Nota Fiscal, os seguintes documentos: prova de regularidade relativa à Seguridade Social; certidão conjunta de tributos federais e Dívida Ativa; certidões de regularidade com as Fazendas Estadual, Municipal e Distrital; Certidão de Regularidade do FGTS; CNDT;

9.1.11. Cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, previstas na legislação específica;

9.1.12. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 02 (duas) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente no local da execução;

9.1.13. Paralisar, por determinação do contratante, atividades que não estejam sendo executadas adequadamente ou que representem risco;

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas no cumprimento do contrato;

9.1.15. Arcar com ônus decorrentes de equívocos no dimensionamento dos quantitativos da proposta, exceto nos casos do art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

9.1.16. Cumprir normas de segurança da contratante, além das legislações federais, estaduais e municipais;

9.1.17. Dispor de carregadores para descarregar e entregar o material, até conferência preliminar pela Comissão de Fiscalização e Controle;

9.1.18. Fornecer o material em embalagens originais, adotando medidas preventivas para evitar acidentes ou danos;

9.1.19. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes da aquisição de bens, encargos sociais e obrigações de empregadora;

9.1.20. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.21. Indicar preposto para representá-la durante a execução do objeto.

9.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.2.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.2.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.2.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.2.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.3. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

- 9.4. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.5. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.6. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.8. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA DÉCIMA– OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 10.2. A Contratada declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela Contratante e aos quais tiver acesso em decorrência da execução do objeto.
- 10.3. A Contratada fica obrigada a comunicar à Prefeitura de Anápolis, em até 2 (dois) dias do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.
- 10.4. A Contratada cooperará com a Contratante no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.
- 10.5. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao edital e a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Das indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.7. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 125 da Lei 14.133/2021).

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A despesa será paga com recursos próprios através da Dotação Orçamentária nº 09.24.12.361.0701.2884.44.90.52– Apoio Administrativo e Financeiro ao Ensino Fundamental, Secretaria Municipal de Educação, Fonte de Recurso nº 02.37.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

<https://www.anapolis.go.gov.br/> E-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br
Centro de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia de Anápolis (CEITEC)
Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030

15.2. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCOS

16.1. Nos termos da Instrução Normativa IN – TCMGO nº 0009/2023, bem como da Lei nº 14.133/2023, são descritos os riscos a serem suportados pelas partes, bem como eventuais ações mitigadoras, constantes na Análise de Riscos, ANEXO ao edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Anápolis-GO, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente instrumento contratual.

Anápolis, XX de XXXXXXXX de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-